

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração
1.1	vermelha		14/02/22	Flávio
1.2	vermelha		14/02/22	Flávio
10	vermelha		14/02/22	Flávio
13.2	vermelha		14/02/22	Flávio

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	10/01/22
Número do PROAD aberto	207/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Flávio Roberto Opúsculo Cabral			
- Integrante Técnico:	José Henrique Lopes			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses		
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular		
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	A urgência desta contratação deve-se pelo fato da instalação do sistema de ar condicionado central nos 1º e 2º andares do Ed. Sede Judicial, estar em andamento, dependendo destes serviços para finalizar toda a instalação dos equipamentos e entrar em operação até o final de março.	

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Data para início dos serviços:	Tão logo seja recebida a Nota de Empenho
--------------------------------	--

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca
1538 - Instalações Prediais Elétricas	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

- O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.
A empresa deverá seguir o projeto elétrico já elaborado, sendo o serviço a instalação e conexão dos quadros de distribuição de energia elétrica, disjuntores, passagem e conexão dos cabos de energia entre a cabine primária de média tensão e o local de instalação dos painéis, passagem de circuitos das condensadoras (externas) e conexão dos circuitos das evaporadoras (internas) aos quadros de energia.
- A empresa contratada deve proceder à conexão elétrica entre a cabine e os painéis de distribuição;
- Todo o material será fornecido pelo TRT inclusive os painéis.

1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após solicitação da CPO, deverá ocorrer uma reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal quando se dará o início da contagem do prazo de execução dos serviços;

2. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;

3. Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra, **em até 10 dias após a assinatura do contrato**;

4. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste serviço;

5. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações de projeto, ao dispostos dos seguintes documentos:
 NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
 NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão;
 NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade

6. Comunicar a Coordenadoria de Projetos e Obras, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pela execução dos serviços e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro do novo responsável técnico e documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;

7. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto dos serviços;

8. Os arquivos digitais contendo possíveis desenhos “as built” deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável;

9. Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;

10. Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;

11. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;

12. Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;

13. Manter, durante toda a execução dos serviços, no local de trabalho, o diário de obra/livro de ocorrências para os registros cabíveis;

14. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.

15. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.

16. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;

17. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;

18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros.

19. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços a serem executados;

20. Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;

21. Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;

22. Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço.

23. Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de equipamentos que dependam da utilização do elevador de carga;

24. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

25. Apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;

26. Entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;

27. Manter, durante toda execução do presente serviço, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

28. Efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos, exceção dos aparelhos tipo split que serão guardados pelo TRT.

29. Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras entre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19, conforme determinação do Decreto Estadual nº 64.959/2020, bem como a Resolução CNJ nº 322/2020.

30. refazer/repôr quaisquer material danificado durante os serviços.

31. O contratado também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição, 2021, instituído pelo CSJT.

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Ed. Sede Judicial situado à Rua Barão de Jaguará, 901 – Centro – Campinas –SP.	8:00 às 18:00 (O serviço pode ser estendido para trabalho 24 horas a critério da empresa)	2ª a 6ª feira (aos finais de semana das 9h às 18h com níveis de ruídos reduzidos)	Coordenadoria de Projetos e Obras, Fone: 3232-4388
Outros:			

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Contratação dos serviços por licitação

Justificativa	Uma vez que a solução 2 não pode ser implementada por problemas jurídicos e a 3 restou inviável tecnicamente, não restou outra alternativa para a contratação.
---------------	--

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição	contratação por licitação	Aditivo ao contrato existente com a Termsul, empresa executora do retrofit do sistema de ar condicionado	Execução utilizando mão de obra terceirizada de eletricitistas do Tribunal
Vantagens	única solução plausível	havia recurso, a empresa já está trabalhando com o sistema de ar e tem engenheiro eletricitista na equipe, o prazo de execução estaria dentro da expectativa podendo até ter sido executado no exercício de 2021.	Execução mais rápida
Desvantagens	única solução plausível	problemas jurídicos apontados pela Assessoria Jurídica	Não há pessoal com competência técnica para este tipo de serviço
Atende (Sim/Não)	Sim	Não	Não

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Uma vez que a solução 2 não pode ser implementada por problemas jurídicos e a 3 restou inviável tecnicamente, não restou outra alternativa para a contratação.
Valor estimado	R\$ 229.235,00
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico	https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/PLANO%20ESTRAT%C3%89GICO%20INSTITUCIONAL.pdf	Selecione abaixo:
Adequar constantemente as instalações físicas		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
-------------------------------------	-----------------------------------

<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

não se aplica

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.

Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3

Nos termos do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado

Não se aplica

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica

É necessário sobreposição contratual?

Não se aplica

3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação

Não se aplica

3.4.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

1. Critérios de julgamento: (marcar com X em apenas um grupo) (grupos de julgamento de itens em grupo)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	grupo único	Justificativa:

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim

Justificativa:

Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

4.4.1 Forma de julgamento:

Menor preço

4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

R\$ 229.235,00

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

6.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

6.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

6.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

6.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não se aplica

7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
todos	todos	Contratação de Serviços	a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06. b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
Há especificação de ROHs?	Não	Não se aplica	

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:	Não se aplica
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição	

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	Anexo A - Projetos Anexo B - Termo de Vistoria Anexos ao PROAD 207/2022
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Os arquivos	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Obrigatória. Se sim, justificar a necessidade.	
Se sim. Justificar:	A visita técnica é imprescindível para conhecimento das condições técnicas reais e atualizadas do local, com serviços de outra natureza em andamento e onde será executado nesse espaço compartilhado os ora contratados. A vistoria técnica tem o objetivo de evitar que haja prejuízo de natureza econômica com a (formulação de propostas imprecisas) e de natureza técnica durante a execução do contrato
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
A visita técnica esta deverá ser realizada com agendamento prévio junto à Coordenadoria de Projetos e Obras: e-mail cpo.secadm@trt15.jus.br Contato: José Henrique Lopes ou Flávio Roberto O. Cabral	
A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 horas e será conduzida por um servidor/funçãoário habilitado e designado pela Contratante.	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional: QUANTO À CAPACITAÇÃO OPERACIONAL: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(is) características, quantidades e prazos: - Instalações elétricas em baixa tensão
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico). QUANTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participaram dos serviços, que demonstre Documento de Responsabilidade Técnica - (ART no caso do CREA ou equivalente no caso de outros Conselhos de Classe) ,relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital. Comprovação de que o(s) responsável(is) ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante na data prevista para a entrega da proposta. A comprovação será feita, conforme requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, o(s) responsável(is) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s), desde que aprovados pelo TRT, por profissional(is) de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Termo de Referência. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da primeira reunião agendada pela CPO.
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão; NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão; NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Serviço: 5 anos de acordo com o Código Civil	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
Não se aplica	
Não haverá garantia contratual	

--

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:

- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários
- Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá
- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços
- A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços
- Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia
- Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.

Especificações:

13.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

13.2. Obrigações da Contratada

1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após solicitação da CPO, deverá ocorrer uma reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal quando se dará o início da contagem do prazo de execução dos serviços;
2. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;
3. Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra, em até 10 dias após a assinatura do contrato;
4. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste serviço;
5. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações de projeto, ao dispostos dos seguintes documentos:
NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão;
NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
6. Comunicar a Coordenadoria de Projetos e Obras, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pela execução dos serviços e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro do novo responsável técnico e documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;
7. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto dos serviços;
8. Os arquivos digitais contendo possíveis desenhos "as built" deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável;
9. Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;
10. Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;
11. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;
12. Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;
13. Manter, durante toda a execução dos serviços, no local de trabalho, o diário de obra/livro de ocorrências para os registros cabíveis;
14. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.
15. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.
16. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;
17. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;
18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros.
19. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços a serem executados;
20. Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;
21. Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;
22. Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço.
23. Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de equipamentos que dependam da utilização do elevador de carga;
24. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;
25. Apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;
26. Entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;
27. Manter, durante toda execução do presente serviço, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;
28. Efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos, exceção dos aparelhos tipo split que serão guardados pelo TRT.
29. Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras entre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19, conforme determinação do Decreto Estadual nº 64.959/2020, bem como a Resolução CNJ nº 322/2020.
30. Refazer/repôr quaisquer material danificado durante os serviços.
31. O contratado também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição, 2021, instituído pelo CSJT.

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

não se aplica

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo	
1. O serviço entregue será conferido pela área técnica do Tribunal, atestando a sua conformidade com o objeto. 2. O pagamento será feito em parcela única na entrega dos serviços executados. 3. Caso, não haja, qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Em seguida, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993. 4. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa CONTRATADA.	

14.7 Forma de pagamento	
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.	

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)	
Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos que comprometam a entrada em operação do sistema
Meta a cumprir	30 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	prazo estipulado
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	final do serviço
Mecanismo de cálculo	a mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais
Instrumento de Medição	projetos
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
14.9 Sanções	
1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento; 3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT 4. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato; 5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.	

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
A proposta deverá ser formulada indicando o valor total dos serviços					

15. DISPOSIÇÕES GERAIS	
1. O Tribunal não possui os projetos originais do prédio, na sua totalidade, tanto elétricos quanto estruturais.	

16. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)			
16.1 Riscos do Processo de Contratação:			
Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva	Responsável		

Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.	Gestor
Ação de Contingência	Responsável
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.	Gestor e Coord. Licitações e Contratos.

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

16.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1	Contratação de empresa com pouca capacidade técnica		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	sistema elétrico com problemas		
Ação Preventiva		Responsável	
Solicitar qualificação técnica adequada		Demandante do serviço	
Ação de Contingência		Responsável	
exigir refazimentos e adequações até que tudo esteja correto		Demandante do serviço	

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO			
Contratação é viável?			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

Data:	10/01/22			
Integrante Demandante:	Flávio Roberto Opúsculo Cabral			
Integrante Técnico:	José Henrique Lopes			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira

ANEXO			
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1			
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)			
1.1 Descrição resumida do Objeto:			
O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.			

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.			
<p>1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.</p> <p>A empresa deverá seguir o projeto elétrico já elaborado, sendo o serviço a instalação e conexão dos quadros de distribuição de energia elétrica, disjuntores, passagem e conexão dos cabos de energia entre a cabine primária de média tensão e o local de instalação dos painéis, passagem de circuitos das condensadoras (externas) e conexão dos circuitos das evaporadoras (internas) aos quadros de energia.</p> <p>2. A empresa contratada deve proceder à conexão elétrica entre a cabine e os painéis de distribuição;</p> <p>3. Todo o material será fornecido pelo TRT inclusive os painéis.</p>			

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Ed. Sede Judicial situado à Rua Barão de Jaguará, 901 – Centro – Campinas –SP.	8:00 às 18:00 (O serviço pode ser estendido para trabalho 24 horas a critério da empresa)	2ª a 6ª feira (aos finais de semana das 9h às 18h com níveis de ruídos reduzidos)	Coordenadoria de Projetos e Obras, Fone: 3232-4388
Outros:			

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
2.1 Motivação	
Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Uma vez que a solução 2 não pode ser implementada por problemas jurídicos e a 3 restou inviável tecnicamente, não restou outra alternativa para a contratação.
Valor estimado	R\$ 229.235,00
Outros	

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados	
Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico	.(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)
Adequar constantemente as instalações físicas	

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
207/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
não se aplica

2.6 Natureza do objeto
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental
não

3. GESTÃO DO CONTRATO	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)
1538 - Instalações Prediais Elétricas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto:
O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto
--

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.
A empresa deverá seguir o projeto elétrico já elaborado, sendo o serviço a instalação e conexão dos quadros de distribuição de energia elétrica, disjuntores, passagem e conexão dos cabos de energia entre a cabine primária de média tensão e o local de instalação dos painéis, passagem de circuitos das condensadoras (externas) e conexão dos circuitos das evaporadoras (internas) aos quadros de energia.
2. A empresa contratada deve proceder à conexão elétrica entre a cabine e os painéis de distribuição;
3. Todo o material será fornecido pelo TRT inclusive os painéis.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO
2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas
Pregão eletrônico

2.2 Forma de julgamento:
Menor preço

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
2.4.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
2.4.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	
2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Não se aplica	

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)

		Contratação de Serviços	<p>a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
todos	todos		

Há especificação de ROHs?	Não	Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:	Não se aplica	
<p>Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:</p> <p>Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</p>		

3.2 ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?

Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)

Anexo A - Projetos

Anexo B - Termo de Vistoria

Indicar anexo ou local em que pode ser baixado Anexos ao PROAD 207/2022

No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

Os arquivos

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma facilidade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<div data-bbox="180 1003 207 1023"><input checked="" type="checkbox"/></div> <div data-bbox="268 1052 362 1066">Operacional:</div>	<div data-bbox="647 960 1439 1052"> <p>QUANTO À CAPACITAÇÃO OPERACIONAL: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos:</p> <p>- Instalações elétricas em baixa tensão</p> </div>
<div data-bbox="180 1081 207 1102"><input checked="" type="checkbox"/></div> <div data-bbox="268 1075 633 1108">Registro da empresa no respectivo conselho profissional:</div>	<div data-bbox="647 1075 1439 1108"> <p>Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade.</p> </div>
<div data-bbox="180 1314 207 1335"><input checked="" type="checkbox"/></div> <div data-bbox="268 1447 633 1536">Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).</div>	<div data-bbox="647 1117 1439 1516"> <p>QUANTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participaráo dos serviços, que demonstre Documento de Responsabilidade Técnica - (ART no caso do CREA ou equivalente no caso de outros Conselhos de Classe), relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital.</p> <p>Comprovação de que o(s) responsável(is) ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante na data prevista para a entrega da proposta. A comprovação será feita, conforme requisitos abaixo:</p> <p>a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;</p> <p>b) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;</p> <p>c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;</p> <p>d) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.</p> <p>Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, o(s) responsável(is) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s), desde que aprovados pelo TRT, por profissional(is) de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Termo de Referência.</p> <p>Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da primeira reunião agendada pela CPO.</p> </div>
<div data-bbox="180 1561 207 1581"><input type="checkbox"/></div> <div data-bbox="268 1545 633 1601">Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.</div>	

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim

Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):

NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão;
NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?

Obrigatória. Se sim, justificar a necessidade.

A visita técnica é imprescindível para conhecimento das condições técnicas reais e atualizadas do local, com serviços de outra natureza em andamento e onde será executado nesse espaço compartilhado os ora contratados. A vistoria técnica tem o objetivo de evitar que haja prejuízo de natureza econômica com a (formulação de propostas imprecisas) e de natureza técnica durante a execução do contrato.

Se sim. Justificar:

OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vitória ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)

4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):

A visita técnica esta deverá ser realizada com agendamento prévio junto à Coordenadoria de Projetos e Obras: e-mail cpo.secadm@trt15.jus.br Contato: José Henrique Lopes ou Flávio Roberto O. Cabral
A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 horas e será conduzida por um servidor/funcionário habilitado e designado pela Contratante.

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tão logo seja recebida a Nota de Empenho

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Ed. Sede Judicial situado à Rua Barão de Jaguara, 901 – Centro – Campinas –SP.	8:00 às 18:00 (O serviço pode ser estendido para trabalho 24 horas a critério da empresa)	2ª a 6ª feira (aos finais de semana das 9h às 18h com níveis de ruídos reduzidos)	Coordenadoria de Projetos e Obras, Fone: 3232-4388
Outros:			

7. GARANTIA

7.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Serviço: 5 anos de acordo com o Código Civil

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

Não se aplica

Não haverá garantia contratual

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Especificações:

8.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

8.2. Obrigações da Contratada

1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após solicitação da CPO, deverá ocorrer uma reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal quando se dará o início da contagem do prazo de execução dos serviços;
2. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;
3. Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra, em até 10 dias após a assinatura do contrato;
4. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste serviço;
5. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações de projeto, ao dispostos dos seguintes documentos:
NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão;
NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade
6. Comunicar a Coordenadoria de Projetos e Obras, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pela execução dos serviços e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro do novo responsável técnico e documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;
7. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto dos serviços;
8. Os arquivos digitais contendo possíveis desenhos "as built" deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável;
9. Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;
10. Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;
11. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;
12. Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;
13. Manter, durante toda a execução dos serviços, no local de trabalho, o diário de obra/livro de ocorrências para os registros cabíveis;
14. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.
15. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.
16. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;
17. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;
18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros.
19. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços a serem executados;
20. Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;
21. Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;
22. Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço.
23. Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de equipamentos que dependam da utilização do elevador de carga;
24. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;
25. Apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;
26. Entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;
27. Manter, durante toda execução do presente serviço, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;
28. Efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos, exceção dos aparelhos tipo split que serão guardados pelo TRT.
29. Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras entre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19, conforme determinação do Decreto Estadual nº 64.959/2020, bem como a Resolução CNJ nº 322/2020.
30. Refazer/repor quaisquer material danificado durante os serviços.
31. O contratado também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição, 2021, instituído pelo CSJT.

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:

Não se aplica

Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
--	---------------

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

não se aplica

9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

1. O serviço entregue será conferido pela área técnica do Tribunal, atestando a sua conformidade com o objeto.
2. O pagamento será feito em parcela única na entrega dos serviços executados.
3. Caso, não haja, qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Em seguida, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
4. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa CONTRATADA.

9.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos que comprometam a entrada em operação do sistema
Meta a cumprir	30 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	prazo estipulado
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	final do serviço
Mecanismo de cálculo	a mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais
Instrumento de Medição	projetos
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

9.9 Sanções

1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços:
a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento);
b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento)
2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;
3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT
4. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato;
5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA					
A proposta deverá ser formulada indicando o valor total dos serviços					

11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
1. O Tribunal não possui os projetos originais do prédio, na sua totalidade, tanto elétricos quanto estruturais.	

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS
--

Data:	10/01/22
Número do PROAD aberto	207/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	A urgência desta contratação deve-se pelo fato da instalação do sistema de ar condicionado central nos 1º e 2º andares do Ed. Sede Judicial, estar em andamento, dependendo destes serviços para finalizar toda a instalação dos equipamentos e entrar em operação até o final de março.

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Catálogo (CATMAT/CATSER)
1538 - Instalações Prediais Elétricas

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
1.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
1.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
1.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	
1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Não se aplica	

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão; NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão; NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade

3. OBJETO

3.1 Descrição Detalhada do Objeto

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para para contratação de prestação de serviços elétricos de baixa tensão para a execução de serviços de instalações elétricas do sistema de ar condicionado, condensadoras e evaporadoras, em instalação no Ed. Sede Judicial.

A empresa deverá seguir o projeto elétrico já elaborado, sendo o serviço a instalação e conexão dos quadros de distribuição de energia elétrica, disjuntores, passagem e conexão dos cabos de energia entre a cabine primária de média tensão e o local de instalação dos painéis, passagem de circuitos das condensadoras (externas) e conexão dos circuitos das evaporadoras (internas) aos quadros de energia.

2. A empresa contratada deve proceder à conexão elétrica entre a cabine e os painéis de distribuição;

3. Todo o material será fornecido pelo TRT inclusive os painéis.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO**4.1 Local e horário da prestação dos serviços**

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Ed. Sede Judicial situado à Rua Barão de Jaguará, 901 – Centro – Campinas –SP.	8:00 às 18:00 (O serviço pode ser estendido para trabalho 24 horas a critério da empresa)	2ª a 6ª feira (aos finais de semana das 9h às 18h com níveis de ruídos reduzidos)	Coordenadoria de Projetos e Obras, Fone: 3232-4388
Outros:			

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte da reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras que deve acontecer em até 5 (cinco) dias após comunicado da Coordenadoria de Projetos e Obras;

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coordenadoria Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**5.1. SUSTENTABILIDADE****Há critérios de sustentabilidade a serem observado?**

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
todos	todos	Contratação de Serviços	a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06. b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Há especificação de ROHs?

Não

Não se aplica

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Não se aplica

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após solicitação da CPO, deverá ocorrer uma reunião entre a empresa e a Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal quando se dará o início da contagem do prazo de execução dos serviços;

2. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;

3. Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra, em até 10 dias após a assinatura do contrato;

4. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste serviço;

5. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações de projeto, ao dispostos dos seguintes documentos:
NBR 5410 Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
NBR 14039 Instalações Elétricas de Média Tensão;
NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade

6. Comunicar a Coordenadoria de Projetos e Obras, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pela execução dos serviços e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro do novo responsável técnico e documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do Edital;

7. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto dos serviços;

8. Os arquivos digitais contendo possíveis desenhos “as built” deverão ser entregues em formato *.dwg, AutoCad mínimo 2014, editável;

9. Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;

10. Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;

11. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;

12. Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;

13. manter, durante toda a execução dos serviços, no local de trabalho, o diário de obra/livro de ocorrências para os registros cabíveis;

14. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.

15. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.

16. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;

17. Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;

18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros.

19. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços a serem executados;

20. Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;

21. Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;

22. Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço.

23. Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de equipamentos que dependam da utilização do elevador de carga;

24. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

25. apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;

26. entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;

27. manter, durante toda execução do presente serviço, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

28. efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos, exceção dos aparelhos tipo split que serão guardados pelo TRT.

29. Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras entre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19, conforme determinação do Decreto Estadual nº 64.959/2020, bem como a Resolução CNJ nº 322/2020.

30. refazer/repôr quaisquer material danificado durante os serviços.

31. O contratado também se obriga, no que couber, ao atendimento do disposto no item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição, 2021, instituído pelo CSJT.

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Serviço: 5 anos de acordo com o Código Civil

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

Não se aplica

Não haverá garantia contratual

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

não se aplica

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

- Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA ao local onde será executada a obra;
- Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

A proposta deverá ser formulada indicando o valor total dos serviços

9. EQUIPE DE GESTÃO

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos que comprometam a entrada em operação do sistema

Meta a cumprir	30 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	prazo estipulado
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	final do serviço
Mecanismo de cálculo	a mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) 2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais
Instrumento de Medição	projetos
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO

Gestor do Contrato:	Não se aplica
----------------------------	---------------

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1. O serviço entregue será conferido pela área técnica do Tribunal, atestando a sua conformidade com o objeto.
2. O pagamento será feito em parcela única na entrega dos serviços executados.
3. Caso, não haja, qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Em seguida, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
4. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa CONTRATADA.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica
É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	Não se aplica
14.2.2. Devolução de recursos materiais	Não se aplica

15. SANÇÕES

1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços: a) até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (dois por cento); b) a partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento)
2. O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa de 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total deste contrato, por evento;
3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT
4. As multas terão como limite máximo o valor de 10% do total do contrato;
5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O Tribunal não possui os projetos originais do prédio, na sua totalidade, tanto elétricos quanto estruturais.
--

